

DIVERSIDADE E INCLUSÃO: DESAFIOS A PRÁTICAS EDUCATIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Josefa Maiara da Silva ¹

Eduarda Avelino da Silva ²

RESUMO

Este artigo trata-se do resultado da experiência vivenciada na turma do maternal II, no ano de 2023, em uma Creche da Rede Municipal de Ensino da cidade de Campina Grande PB, a escolha em tal temática deu-se a partir da experiência com três crianças com Transtorno do Espectro de Autismo na turma e o interesse das discentes em realizar uma boa prática profissional para toda a turma. o caminho escolhido para nossa intervenção foi priorizar a vivência com música no tatame da sala, onde todos podiam ficar próximos e extravasar, dançar, cantar e socializar. Respeitando o desenvolvimento e o interesse apresentado pelas crianças procuramos cativá-los e incluí-los no mesmo espaço e em espaços distintos utilizando jogos e contação de histórias. A metodologia da nossa pesquisa é de caráter qualitativo, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental, sendo um relato de experiência, observação e registro da prática na sala de aula onde o professor está diretamente envolvido (DEMO, 2018), nos fala que este é um ambiente riquíssimo de observação, atuação e transformação profissional. O objetivo do nosso trabalho é associar como a inclusão da criança com deficiência no cotidiano escolar transforma positivamente o indivíduo, além de destacar como a pesquisa alia teoria e prática proporcionando uma intervenção mais eficiente na atuação dos professores. A análise está amparada na legislação vigente da LDB (1996), LBI (2015) e da Declaração de Salamanca (1994). E autores como Candau (2008), Mantoan (2008), Figueiredo (2008). Com os estudos conclui-se que ao se voltar para as potencialidades das crianças, o professor está proporcionando uma metodologia inclusiva que valoriza a diversidade.

Palavras-chave: Diversidade, docência, Educação Infantil, inclusão.

INTRODUÇÃO-

Em todas as escolas do país todos os anos se iniciam possibilidades de sucesso na educação, com turmas cheias de crianças plurais, ditas típicas e crianças com necessidades educacionais especiais; e professores sendo desafiados. Inaugura-se então o processo de entendimentos que faz parte do planejamento, do conhecer seus educandos: quem são essas pessoas, quais seus gostos, quais suas dificuldades e quais suas possibilidades de desenvolvimento nesse processo de descobertas do conhecimento.

JUSTIFICATIVA

Saímos de uma sociedade onde a diferença assustava, e a deficiência era sinônimo de incapacidade. Em se tratando de educação muito se lutou pela a igualdade de direitos, garantia da participação cidadã, como conquista temos a Lei de Diretrizes e Bases que defende em seu

Artigo 3º e I princípio que não basta apenas a matrícula, mas a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, entendemos então que a inclusão é um direito irrevogável que está na base do que entendemos por equidade social, que vai para além da igualdade e inserção em salas de aula, sendo a garantia da justa permanência.

Temos como objetivo associar a atuação dos professores com o sucesso da inclusão em sala de aula; identificar como os professores da rede regular de ensino abordam a inclusão das crianças com deficiência; e revelar os principais desafios às práticas inclusivas na sala de aula regular.

PROBLEMATIZAÇÃO

Reconhecer e validar as diversidades e suas potências é versar sobre a qualidade da educação, tema que faz parte do dia a dia dos professores que cada vez mais tem se preocupado com a inclusão de todos e aperfeiçoando sua prática por meio da experiência. Diariamente percebemos que as interações planejadas intencionalmente: criança/professor/criança mediadas pelos professores é responsável de modo imediato pela efetivação da inclusão educacional da pessoa com deficiência. O estado garante a matrícula das crianças, mas é a ação dos professores que ao acolher as crianças na sua diversidade e incluí-lo nas situações didáticas que garante a igualdade e o direito a que todos têm, tanto a criança com necessidade como as ditas normais sentem seu protagonismo e importância como criadores da cultura como são entendidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

METODOLOGIA

Esta pesquisa constitui-se em caráter qualitativo, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental, sendo um relato de experiência ocorrido em uma creche da rede municipal de Campina Grande. Parafraseando Pedro Demo a sala de aula é uma pesquisa prática onde o professor está diretamente envolvido. (2008) Sendo um ambiente riquíssimo de observação, atuação e transformação profissional.

REFERENCIAL TEÓRICO: A EDUCAÇÃO COMO PROCESSO DE INCLUSÃO

A educação é a grande responsável pela formação humana e nela estão todos os cidadãos, sendo um vasto campo de interação e formação, conferindo ao indivíduo a oportunidade de assimilar novos conhecimentos, na educação infantil cria situações em que a

criança possa se conhecer, conviver com o outro, explorar ambientes, brincar e aprender de forma lúdica e prazerosa tendo seus direitos respeitados e participando de situações que impulsionam o desenvolvimento pleno. Nessa perspectiva, a educação não é só transmissão de conteúdos, deve ser voltada para transformação individual e coletiva e deve ser vista como referência para tal mudança de mentalidades sociais tendo em vista que a história é constructo do povo. A educação escolar estabelece a conexão da criança com o meio ao qual ela pertence e é protagonista, no cotidiano escolar a atuação do professor, esperançosa e compromissada com intencionalidades educativas contribui decisivamente para construção de valores sólidos, pois

A educação é possível para o homem porque é inacabado. Ao passo que temos a liberdade de pensar e criar, temos a possibilidade de construir uma educação alicerçada nos nossos valores e na nossa realidade concreta, sem comodismo e sem medo de transformar o meio do qual fazem parte (FREIRE, 1993, p.28).

O meio ao qual fazemos parte é diverso, as creches estão cheias de crianças com diagnósticos para a diversidade, são laudos que atestam as diferenças e os números aumentam a cada ano, compreendendo que a Educação é aperfeiçoamento e na perspectiva inclusiva assegura a toda criança com deficiência permanente ou crianças com dificuldades transitórias a possibilidade de acesso à educação de qualidade, proporcionando aos alunos dignidade e respeito às diferenças, a declaração de Salamanca expõe que o

Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos (UNESCO, 1994).

Não podemos ignorar que as crianças com deficiência encontram distintos obstáculos no seu processo de escolarização, porém, é sabido que essa situação vem mudando, devido à legislação vigente e a professores cada vez mais comprometidos para enfrentar tais desafios.

Evidencia-se na Lei Brasileira de Inclusão em seu Art. 2º que é a pessoa com deficiência é “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.” Ou seja, é uma minoria que necessita de mais apoio para vivenciar seus direitos, o Art. 4º da referida lei aborda que: “toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação”.

Aproveitamos o espaço da nossa prática pedagógica para executar a educação inclusiva, pois como aponta Santos (2008, p. 150) “A discussão de propostas para uma escola inclusiva e, portanto, para uma sociedade inclusiva, deve ser preocupação da escola dita regular e não apenas uma prerrogativa da escola especial”.

INTERVENÇÃO DO PROFESSOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO

Com esse conhecimento, no ano de 2023 iniciamos o trabalho com uma turma de maternal 2, ou seja, com crianças de 3 anos de idade. Recebe-se a lista com os nomes das crianças e uma observação àquelas que apresentam deficiência, dentre elas duas eram novatas e uma veterana, o que fizemos? Procuramos as professoras do ano letivo anterior para que pudessem nos passar alguma informação que ajudasse no acolhimento desta criança, elementos que fossem capazes de gerar conflitos, outros que os acalmassem. Começam as aulas e vamos conhecendo todas as crianças, suas diferenças, seus modos de ação, seus interesses, tínhamos a preocupação em considerar todas as diferenças e criar um suporte de interação na sala de referência para planejarmos uma intervenção eficiente.

As crianças com deficiência apresentam características bem distintas entre si, duas são não verbais e adoram se movimentar, correr, agachar, saltar, gritar, morder, esconder-se debaixo das mesas, um desses apresenta irritabilidade ao contato com as outras crianças, enquanto a terceira é falante, porém não se interessa por brinquedos nem brincadeiras com as demais crianças, prefere ficar sozinha segurando um paninho de aconchego evitando contato físico, assim dizendo, existia um afastamento físico entre as crianças.

Pensando na interação destas crianças com as demais, priorizamos vivências com música no tatame da sala, onde todos ficavam próximos e podiam extravasar, dançar, cantar, socializar. Realizamos rodas de conversa, contação de histórias, e assumimos postura pedagógica durante os momentos do cuidado também, conversas no momento do banho, das refeições, procuramos sonorizar as histórias com muitas onomatopeias, incentivamos trocas de conversas e afetos entre as crianças, incluímos a música do abraço bom na acolhida diária, durante a chamadinha inspiramos as crianças repetindo o nome dos colegas. Esse foi o caminho escolhido para nossa intervenção, e com o passar dos dias observamos que duas das crianças com TEA, começaram a cantar as músicas do cotidiano, repetiam histórias se mostrando mais abertas às vivências inclusive respondendo faltou ou está aqui para as crianças chamadinha diária, se aproximavam das rodinhas ao ver também a aproximação das outras crianças,

iniciavam brincadeiras como pega-pega e esconde-esconde, a terceira criança recebia mais atenção e cuidados da cuidadora, pois quase sempre se afastava das rodinhas realizando algumas estereotípias como balançar a cabeça e sacudir as mãos.

Deste modo, as crianças com deficiência receberam durante todo o ano letivo o apoio das professoras regulares e do cuidador, aquele profissional que tem por função auxiliar o desenvolvimento da criança durante a execução de uma vivência e realização de cuidados pessoais, no decorrer do ano letivo mudou-se de nome, para Educador Voluntário Social, a essência continuou a mesma, atenção voltada para que as crianças com deficiência conseguissem realizar as vivências.

Sabendo que cada criança tem uma curva de desenvolvimento que deve ser observada para em seguida ser aperfeiçoada, procuramos cativar e incluir para além de dividir o mesmo espaço, mas participar ativamente, buscamos ajuda em Acampora com a metodologia do jogo “Boné de ouvir”: consiste em colocar um boné na criança com orelhas grandes para que ele possa se concentrar mais em ouvir, aumentando o tempo de concentração. Este jogo faz parte do programa de inteligências múltiplas e Valores humanos. Utilizamos esse recurso ao contar história, ao explicarmos uma vivência extraclasse, nos trouxe bons resultados, a criança conseguia permanecer junto a turma, momentos após as vivências ele repetia sons ou nomes dos personagens, fato que foi levado para seu relatório de desenvolvimento, consideramos esta uma boa prática profissional que englobou pesquisa, escuta sensível e observação criteriosa, aspectos que tornam o professor “autor, responsável pelo seu próprio processo de formação” (Ostetto, 2012. P. 138).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Educação Infantil de Creche, onde se cuida e educa com carga horária integral para que houvesse inclusão exigiu-se um esforço maior dos professores, e também mais dedicação em pesquisas para superar os desafios encontrados, enfrentando em alguns momentos condições desfavoráveis de ensino, como as crises por falta de medicação ou mudança da rotina, rodízio do profissional de apoio entre as outras turmas da creche, portanto, é preciso muito empenho para contornar os obstáculos na certeza de que futuramente as condições de ensino serão melhores, assim professores e EVS (educador voluntário social) se dedicam ao máximo para oferecer diariamente qualidade de ensino e de inclusão, pois como profissionais da

educação sabem que ela é um direito que deve ser respeitado. Para que essa inclusão aconteça é necessário envolvimento não somente dos profissionais da instituição de ensino, mas de todo o sistema educacional:

Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida; aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena. (BRASIL, 2015).

O apoio do educador voluntário social (EVS) foi essencial para que conseguíssemos realizar este trabalho, embora a responsabilidade de planejar, acompanhar, avaliar, desenvolver habilidades e competências sejam dos professores regulares o apoio do EVS apoia os outros dois enquanto nos dedicamos a uma criança específica, em alguns momentos de crises, o EVS sai com a criança para a área externa, conversa, tranquiliza e retorna, essa movimentação não deixa desarranjar a dinâmica da sala de referência.

Com essa metodologia, superamos algumas barreiras e transformamos em potencialidades, conseguimos lidar mais facilmente com a impulsividade, a pouca durabilidade do tempo de espera, alcançamos resultados exitosos com duas das crianças, uma saiu para a rede particular por desejo da família, essa não é uma receita que vai funcionar para todas as crianças, aliamos para além do jogo do boné como trazer as crianças para serem as primeiras a realizarem as vivências, chamamos mais de uma vez para participação e melhor aproveitamento, em relação a turma, conseguimos que as outras crianças agissem de forma empática, compreendendo que as participações extras faziam bem aquela criança, convidando-o para estar junto na rotina. Essas ações transformam a prática do professor mais inclusiva tornando-a de maior qualidade e tendo uma ação positiva na vida escolar e pessoal dos cidadãos do mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS-

Conclui-se que ao focar nas potencialidades das crianças, reconhecer seus modos de manifestações, e validar sua participação no cotidiano escolar, o professor está proporcionando uma metodologia inclusiva que valoriza a diversidade, esta diversidade está presente em todos, as crianças com deficiência são diferentes, as crianças ditas normais são diferentes, a sala de referência é um espaço cheio de diversidade.

Embora mesmo sem a oferta de formação continuada para aperfeiçoamento à Educação Especial e Inclusiva, as professoras investiram tempo e pesquisa em técnicas que os auxiliasse nesse desafio. Ao introduzir métodos presentes na literatura da educação especial revela sua faceta pesquisadora e impulsionadora de sua competência profissional, sendo agente transformador e promotor da construção de identidades positivas das diferentes crianças presentes no fazer educativo. A construção de um ambiente inclusivo é uma rampa para superação de obstáculos e barreiras das dificuldades que as crianças possam encontrar no âmbito escolar.

Ressaltamos assim a importância dos educadores voluntários sociais e a inserção das crianças nas vivências diretamente pelo professor não dependendo da ação do profissional do apoio escolar para que ocorra uma real interação e troca entre os vários personagens da Creche, é primordial criar um ambiente educativo que seja acolhedor e inclusivo. Valorizar a criança durante seu processo de aprendizagem é determinante para o seu desenvolvimento como indivíduo, e para criança com deficiência esse acolhimento se faz ainda mais importante e necessário pois a inclusão na escola é também a inclusão na vida.

REFERÊNCIAS:

ACAMPORA, Bianca. Psicopedagogia clínica: o despertar das potencialidades. 4ª ed. Rio de Janeiro: Wak editora, 2019, 184 p: 21cm.

BRASIL, Lei nº13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília DF, 7 de fev. 2015 disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em 14 fev. 2024

_____. Lei 9394 de 20 de Dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: acesso em 09/02/2024 às 17h54min.

CANDAUI, Vera Maria Ferrão. Direitos Humanos, Diversidade Cultural e Educação: a tensão entre igualdade e diferença. In: Lúcia de Fátima Guerra, Maria de Nazaré Tavares Zenaide e Adelaide Alves Dias (Org.). Direitos Humanos na Educação Superior: Subsídios para a educação em Direitos Humanos na Pedagogia. 1º ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

FIGUEREDO, Rita Vieira de. A Formação de professores para a inclusão dos alunos no espaço pedagógico da diversidade. In: O desafio das diferenças na escola. MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). Petrópolis: Vozes, 2008. p. 141-152.

FREIRE, Paulo. Educação e Mudança- 22º Ed. Paz e Terra 1993.

FULLGRAF, Jodete; WIGGERS, Verena. Projetos e Práticas Pedagógicas: na Creche e na Pré-escola. Brasília: Liber Livro, 2014.

MANTOAN, Maria Teresa E. (Org.). O desafio das diferenças na escola. Petrópolis: Vozes, 2008.

SANTOS, Maria Terezinha da Conceição Teixeira dos. Inclusão Escolar: desafios e perspectivas. In: MANTOAN, Maria Teresa E. (Org.). O desafio das diferenças na escola. Petrópolis: Vozes, 2008.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. Educação Infantil: saberes e fazeres da formação de professores. 5º ed. - Campinas, SP: Papirus, 2012. Coleção Agere.

UNESCO. Declaração de Salamanca: sobre princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 14 fev. 2024.